



A CULTURA PÓS-MODERNA NO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE

THE POSTMODERN CULTURE IN THE SOCIAL WORK IN TIMES OF CRISIS

Adilson Aquino Silveira Junior¹

RESUMO

O artigo aborda o debate sobre a pós-modernidade e as implicações de sua influência para o Serviço Social na conjuntura atual de crise capitalista, situando as expressões ideológicas sob as quais a mesma se atualiza nos espaços de intervenção. Baseando-se num estudo bibliográfico, o texto se divide em dois eixos principais: de início, resgata a análise crítica sobre a natureza da pós-modernidade, através de importantes estudiosos alinhados com a perspectiva teórico-metodológica intrínseca ao Projeto Ético-Político; depois, explora as interfaces que os processos histórico-sociais e culturais em tela possuem com o Serviço Social, enfatizando suas implicações face ao quadro de crise econômica e reação burguesa acirrados na conjuntura brasileira. Conclui que a influência pós-moderna na profissão atualmente coopera para revigorar as bases de sua legitimidade em face das classes dominantes.

Palavras-chaves: Pós-Modernidade. Serviço Social. Marxismo. Crise Capitalista.

ABSTRACT

The article discusses the debate about postmodernity and the implications of his influence to Social Work in the current situation of capitalist crisis, placing the ideological expressions under which the same is updated in the intervention areas. Based on a bibliographical study, the text is divided into two main parts: initially, rescues the critical analysis of the nature of post-modernity formulated by important researchers aligned with the intrinsic theoretical and methodological approach to Ethical-Political Project; then, explores the

¹ Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Serviço Social pela UFPE. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba

interfaces that the socio-historical and cultural processes above have with Social Work, emphasizing their implications in the economic situation of crisis and bourgeois reaction in the Brazilian conjuncture. Concludes that the postmodern influence in the profession currently cooperates to reinvigorate the foundations of its legitimacy in the face of the dominant classes.

Keywords: Postmodernity. Social Work. Marxism. Capitalist Crisis.

Introdução

A pós-modernidade persiste como um tema espinhoso para o Serviço Social brasileiro. A elucidação dos fundamentos e filiações intelectuais pós-modernos requer a cuidadosa apreciação – quase nunca simples – de uma literatura concebida numa polêmica constante, aberta ou velada, com as matrizes teórico-políticas que alicerçam o projeto profissional do Serviço Social, forjado no amplo movimento de recusa do lastro conservador predominante desde suas origens. Todavia, as dificuldades não se mostram apenas no plano ideotéorico; elas se “alicerçam historicamente” nas modalidades concretas de produção e reprodução social vigentes no período de “crise e reação burguesa”, transbordando, ademais, para a esfera dos embates hegemônicos classistas.

O Projeto Ético-Político, definitivamente, se põe a “escovar a história a contrapelo”, enquanto na maré-montante do metabolismo social trafegam as racionalizações pós-modernas, endossadas pela epiderme da vida capitalista atual (afirmando a positividade que lhe é própria) e espraiadas por poderosos aparelhos hegemônicos a serviço da “restauração do capital”; a qual vem, inclusive, repondo com novo ímpeto, e por complexas mediações, os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social.

Daí porque as contendas que envolvem a pós-modernidade no Serviço Social estão longe de encontrar saídas postas exclusivamente por resoluções teórico-filosóficas. Os próprios conflitos teórico-filosóficos nascem de contradições ancoradas socialmente na estrutura econômica e nas lutas de classe da nossa formação social. Daí também porque a questão da pós-modernidade se repõe como problema “significativo e atual” para o Serviço Social. Ou seja, não estritamente enquanto um exercício acadêmico-científico de apropriação de deter-

minadas correntes filosóficas, mas como “crítica ontológica”² às “ideologias orgânicas” que perduram como mediações para o alcance e manutenção da dominação de classe.

Propomo-nos, aqui, trabalhar numa argumentação que se desdobra em dois eixos. Inicialmente, regatar a análise crítica sobre a natureza e o significado da pós-modernidade. Tal apreciação já se encontra maturada e sistematizada – desdobrando-se em diferentes hipóteses de trabalho – tanto por intelectuais de projeção internacional, vinculados à tradição marxista, mormente os de língua inglesa – pense-se nos estudos de Anderson (1999), Callinicos (1998), Eagleton (1998), Harvey (2005), Jameson (1996), Wood (1999); quanto por competentes debatedores brasileiros, ligados ou não ao campo do Serviço Social – destacadamente, Coelho (2005), Netto (2000; 2010), Rodrigues (2006), Rouanet (2000), Santos (2007). Na maior parte, são pensadores que se alinham com a perspectiva teórico-metodológica intrínseca ao Projeto Ético-Político, fecundando as mais qualificadas abordagens sobre o tema em nossa área de produção de conhecimento. Num segundo momento do texto, pretendemos explorar as interfaces que os processos histórico-sociais e culturais deslindados possuem com o Serviço Social, pondo em relevo suas implicações mais candentes, face ao quadro de crise econômica e reação burguesa acirrados na conjuntura brasileira do último biênio. Dedicemo-nos ao primeiro ponto.

1 Apontamentos para uma crítica ontológica da pós-modernidade

Aqui, uma pergunta norteadora, de caráter introdutório, que poderíamos fazer seria: O que é a pós-modernidade? Numa primeira aproximação, a qualificaríamos como um conjunto de determinadas

2 Referenciamos-nos na concepção de “crítica ontológica” identificada por Lukács (1979) como o procedimento fundamental desenvolvido por Marx. Significa tratar o objeto não apenas na sua historicidade, mas buscar suas vinculações orgânicas e nexos constitutivos com a totalidade social. Tal abordagem parte da totalidade do ser social historicamente constituído e busca apreender o objeto determinado em todas as suas intrincadas e múltiplas relações com essa totalidade, no grau de máxima aproximação possível. Uma via que, “[...] no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular [...]” (LUKÁCS, 1979, p. 296).

atitudes culturais, um repertório determinado de atitudes perante a cultura e a política ou um movimento intelectual que se sustenta numa referência crítica ao legado da modernidade, particularmente, do iluminismo, Coelho (2005), Paulo Netto (2000, 2010), Rodrigues (2006). Reproduzindo uma anotação de Coelho (2005), arriscaríamos a seguinte designação, ainda mais precisa: a pós-modernidade opera a negação performática do programa de emancipação racional do gênero humano, herdado do século XIX, e que havia sido, até a primeira metade do século XX, fonte de inspiração da luta democrática e socialista. Se nos fosse preciso circunscrever uma periodização, localizaríamos o ponto onde o pensamento pós-moderno arranca em definitivo no mundo da cultura no final dos anos 1970. Embora caiba a ressalva, levantada por alguns analistas, sobre o fato de que elementos característicos desse veio cultural já se insinuassem, frequentemente ainda em germe, décadas antes – por exemplo, desde o pós-guerra, nos trabalhos da Escola de Frankfurt (PAULO NETTO, 2000, 2010), ou, nos idos subsequentes, através da produção de Foucault (RODRIGUES, 2006). Se se precisa forçar uma datação mais rigorosa, à referida fronteira histórica cabe a balizada da publicação do “ensaio fundacional” – “A condição pós-moderna” de Jean-François Lyotard (1988), em 1979. Daí em diante, a tendência cultural em tela irrompe com ímpeto nos domínios do saber (principalmente na querela sobre a epistemologia das ciências); invade manifestações estéticas (em especial na arquitetura, artes plásticas e literatura); contagia práticas e ciências políticas (as concepções sobre as formas de organização dos sujeitos coletivos, os novos movimentos sociopolíticos, a diluição das experiências classistas, etc.), constituindo, nas décadas consecutivas, um campo ideotérico diferenciado e aglutinador de uma larga bibliografia. A esse terreno, são frequentemente associados, sem um consenso definitivo, os trabalhos de Agnes Heller e Fehér (1998), Boaventura de Sousa Santos (1997, 2001), Ernesto Laclau (1992), Jacques Derrida (1991), Jean Baudrillard (1995), apenas para mencionar os mais citados.

Nessa altura, para avançarmos, uma primeira advertência precisa ser colocada: essa, que estamos situando como a vertente pós-moderna, constitui um movimento muitíssimo diferenciado. Os modos pelos quais os intelectuais a ela atrelados tratam de se afastar da herança iluminista – e a intensidade com que o fazem – são bastante diversos (PAULO NETTO, 2000). Do ponto de vista intrínseco, tornou-se usual registrar ao menos uma distinção de maior vulto, ou seja: en-

tre os “pós-modernos” de “celebração”, expressamente convictos de que a sociedade burguesa constitui, enquanto tal, a paragem final da história; e os “pós-modernos” de “oposição” (ou de “contestação”), os quais se pretendem críticos à ordem do capital e a suas vicissitudes – nesse caso, o que se manifesta é uma combinação, talvez original, entre irracionalismo e prática política transgressora ou antissistêmica, expressando aquilo que Lukács (2000) há muito qualificou, numa passagem autocrítica, como a *síntese entre uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita*. Em todo caso, Paulo Netto (2000, 2010) legitimamente atenta que não existe nem *uma* nem *a* teoria da pós-modernidade: o que existe são “teorias pós-modernas”.

Isso em vista, quais seriam as características cruciais, ou as principais linhas aglutinadoras, do *pensamento pós-moderno*? Num esforço de sistematização lacônica, é viável chegar a quatro núcleos de problemáticas inescapáveis às formulações que gravitam esse universo ideocultural:

Primeiro, o mesmo se distingue, como salientamos inicialmente, pela renúncia ao programa sociocultural da modernidade expresso na Ilustração: esse programa (que passa a ser questionado) colocava a defesa intransigente do conhecimento do mundo tal como ele é, do conhecimento racional-científico. Para ele, tratava-se de racionalizar o intercâmbio da sociedade com a natureza, de desenvolver a capacidade de organizar racionalmente a sociedade para garantir a liberdade, a emancipação da humanidade – donde a ideia de progresso. Ambas as dimensões (conhecimento do mundo e a emancipação) vinculadas pela pedra de toque da “Razão” (ROUANET, 2000). Pois bem, as acusações pós-modernas passaram a reclamar: O que foi feita da promessa moderna da regulação racional da natureza? O que resultou do mandato de emancipação da modernidade? Sabemos que o resultado dos processos históricos subjacentes a tais indagações, no final dos anos 1970, estava longe de ser positivo: o mundo capitalista, nessa altura, já se encontrava vitimado pela “[...] onda longa com tonalidade de estagnação”, conforme Mandel (1985), ou, segundo a elaboração de Mészáros (2009), já se vivia sob à sombra da “crise estrutural do capital”, com suas consequências humanas, políticas e ambientais calamitosas. No mesmo passo, as mais representativas experiências históricas de transição socialista em vigência forneciam inumeráveis indicadores da sua falência (PAULO NETTO, 2007). Logo, não eram de todo descabidos os protestos pós-modernos; todavia, as respostas que vislumbravam mostravam-se completamente falhas.

Tratavam-se – para resgatar um raciocínio lukacsiano (LUKÁCS, 1968) – de falsas soluções para problemas em si legítimos, já que colocados pela própria realidade. O que fica de imediato, evidente, na argumentação pós-moderna é a confusão estabelecida entre aquele programa sociocultural (a Ilustração) e as legalidades destrutivas e desumanizadoras do sistema do capital, cujas resultantes obstaculizavam a concreção do programa sociocultural referido. Tal leitura ignorava que os complicadores não jaziam na “ideia da Razão” ou na “perspectiva da emancipação”, mas no próprio desenvolvimento do mundo capitalista.

Segundo, de acordo com esse posicionamento crítico em relação ao iluminismo, trata-se – através de linhas argumentativas variadas – de “abandonar a emancipação”, alardear a “impossibilidade da linguagem universal”, e anunciar a “impotência da racionalidade”. Os “paradigmas” fundados nessas linhas estariam colapsados – proclamam as argumentações pós-modernas – dada a predominância de uma pretensa “sociedade pós-industrial”, onde a “informação”, ou o “conhecimento”, passaria para primeiro plano³. Aqui, uma constatação salta aos olhos: o adversário que estava na *ordem do dia* desse ataque era a *tradição marxista*; por isso a crítica do iluminismo se materializava como uma “recusa do marxismo”, ou um rompimento com ele – pense-se na biografia política de muitos daqueles primeiros intelectuais associados ao campo pós-moderno, antes ardorosos representantes de tendências marxistas, em alguns casos, de extrema-esquerda. Sobre isso, também é preciso um parêntese: deve-se insistir na problemática compreensão em voga do que era esse tal “marxismo”, e das noções caricaturais e grosseiras acerca da teoria social marxiana⁴; em verdade, tinha-se criado o espantalho do “marxismo” – adornado com as qualificações de economicista, determinista, redutor, totalitário, trajado com seu menosprezo à subjetividade, às singularidades, às heterogeneidades, aos processos da consciência, etc.; contra esse espantalho, podia-se facilmente desferir, com garantia de vitória, todas as mais distorcidas censuras. Com efeito,

3 Uma insuperável crítica a essa noção de “sociedade pós-industrial” encontra-se do texto de Mandel (1985), assim como uma análise sobre a formulação ideológica do “fim das ideologias”. Acerca desse último tema, também Mészáros (2004, 2008) forneceu valiosa contribuição. Para o esclarecimento relativo à polêmica do “fim do trabalho”, consultar os estudos de Antunes (1995, 1999) e Lessa (2007).

4 Santos (2007) demonstra que os críticos às vertentes marxistas no Serviço Social também não estavam imunes a esses vícios.

para isso muito colaborou o empobrecimento e deturpação dos quais foi vítima o legado, tanto de Marx e Engels, quanto de Lênin, Trotsky, etc., pelo monolitismo desencadeado com a crise do movimento comunista internacional (cuja expressão modelar foi o stalinismo) – além da perseguição, censura, coação dos intelectuais, comunistas ou não, imbuídos no resgate crítico e fecundo da herança dos “fundadores da filosofia da práxis” (CLAUDIN, 2012; PAULO NETTO, 2006). Mais uma vez, aqui as falsas soluções pós-modernas partem de problemas histórico-sociais em si legítimos.

Terceiro, no que se refere ao plano epistemológico, é exequível extrair seis consequências da modalidade de razão ora discutida: 1) a aceitação da imediaticidade dos fenômenos sociais, isto é, uma declarada preferência pela superficialidade – com a qual suprime-se a distinção entre aparência e essência, e a epiderme social emerge como a estrutura interna e o modo de ser dos fenômenos; 2) a recusa da categoria da totalidade – no plano filosófico, sua efetividade é questionada, no plano teórico, é invalidado seu valor heurístico; 3) a entronização do ecletismo como cânon metodológico – defende-se a “transgressão metodológica”, a adoção de uma “pluralidade metodológica”; 4) a elevação do peso do relativismo – a dissolução da ideia de verdade acaba por converter a ciência num jogo de linguagem; 5) a semiologização da realidade social – ocorrente devido ao privilégio concedido a dimensões simbólicas na vida social, reduzindo-a, no limite, à pura discursividade ou ao domínio do signo; 6) a capitulação ao presente – implicada na rejeição da possibilidade de superação revolucionária do atual estado de coisas, caracterizada por uma “autolimitação do presente como única realidade” - Coelho (2005), Paulo Netto (2000, 2010), Rodrigues (2006).

Em quarto lugar, encontra-se – dadas as caracterizações antes arroladas – a combinação de um “positivismo ao avesso” com um procedimento que consiste na “entificação da razão moderna”. Porquanto aprisionadas num “subjetivismo extremado”, as concepções em tela levaram analistas como Rodrigues (2006) a avaliar que a cultura pós-moderna funciona como um “positivismo ao avesso”. Ou seja, se, para o positivismo, a busca da objetividade conduz à negação dos valores na produção do conhecimento, no campo pós-moderno, isso se inverte drasticamente: *a afirmação da interferência dos valores e da subjetividade na constituição do saber leva a negação da objetividade do real*. Por outro lado, Paulo Netto (2000, 2010) tem insistido que a pós-modernidade opera uma “entificação da razão moderna”: esta

é transformada em um demiurgo real, e tal transformação é emblema na culpabilização da razão pelas barbaridades que a modernidade experimentou. Noutras palavras: ao movimento da razão, os pós-modernos creditam as realidades (contraditórias e mesmo iníquas) constitutivas da sociedade urbano-industrial. A realidade da ordem burguesa contemporânea aparece como derivada do dinamismo interno da Razão. Nesse juízo, deixa-se encortinada a própria “ordem do capital”, com a dominação de classe burguesa nela imbricada.

Num quadro geral, Jameson (1996) detecta no pensamento pós-moderno as seguintes disposições estéticas: a preferência por uma superficialidade literal que interdita a dialética entre essência e aparência; o esmaecimento dos afetos, expresso no esmaecimento da própria figura humana, transformada, na produção estética, em mera mercadoria; a prática do *pastiche*, que, distinta da paródia, se apresenta como a cópia ou imitação neutra do original jamais existente; a valorização do sujeito descentrado, que, como um amontoado de fragmentos, é incapaz de organizar, numa experiência biográfica coerente, os tempos do passado, presente e futuro – como consequência, a inflação e absolutização do presente tende a provocar o desespero e a euforia alucinógena.

Se, como insistimos até agora, essa tendência cultural irrompe colocando *soluções falsas para problemas em si legítimos*, na medida em que não deixa de ligar-se a processos histórico-sociais concretos, cabe indagar sobre esses processos mesmos. Ou seja, como se explica “historicamente” a emergência e a força de atração da cultura pós-moderna? Acerca disso, um exame da literatura crítica na qual nos amparamos coloca a necessidade de laborarmos articuladamente através de duas frentes de análise. Do ponto de vista do estágio prevaletente do desenvolvimento capitalista mundializado, ela encontra-se condicionada pela “mercantilização da cultura” na fase tardia desse ordenamento social; mais expressamente, implicada nos *processos de supercapitalização* no capitalismo tardio (JAMESON, 1996); figurando como expressão superestrutural da “acumulação flexível” e seu acelerado movimento de “compressão espaço-temporal” (HARVEY, 2005). Por outra via, mostram-se fecundas as abordagens que pretendem capturar os *agentes e complexos mediadores* da reprodução social, sem os quais a pós-modernidade não seria plasmada (e socializada) como *um dos produtos da cultura* brotados dessa estrutura social concreta – diga-se, a condição e os câmbios operados por um estrato particular de *intelectuais* e as reviravoltas sociopolíticas nas

quais os mesmos estavam envoltos. Nesse horizonte, as concepções pós-modernas são pensadas a partir do impacto – causado no projeto socialista revolucionário – do fracasso das lutas políticas empreendidas no período 1968-1976 – para essa abordagem, fornecem insumos os trabalhos de Anderson (1999), Callinicos (1998), Eagleton (1998), Wood (1999).

As duas vertentes de estudo acima sinalizadas contribuem para nuançar: de um lado, os “modos específicos de (re)produção capitalista” que começam a se forjar no decorrer e após a crise crônica deslançada em finais de 1960, os quais, por sua vez, estabelecem o amplo quadro estrutural donde florescem e frutificam as ideias pós-modernas; e, por outro lado, as consequências de uma “abrangente derrota política” no campo da esquerda marxista, implicando na migração de intelectuais antes ligados a esse campo para a zona de hegemonia dominante – nesse enfoque, o fundamental encontra-se na “experiência de uma derrota histórica” e suas decorrências para os intelectuais que a sofreram. Naquela primeira hipótese de trabalho, os analistas conectam o “espírito do tempo” manifesto pelo pensamento pós-moderno às transformações societárias ocorrentes, com maior expressividade, no pós-1970, quando é deflagrada, não apenas uma “crise de dominação em geral” (MÉSZÁROS, 2009), mas a estratégia “passivadora de restauração do poder de classe” (BRAGA 1996) consubstanciada no tridente da reação burguesa: a mundialização financeira, a acumulação flexível e a ofensiva neoliberal – Anderson (1995); Castelo (2013); Chesnais (1998, 2005); Harvey (2005); Paulo Netto (2007). Na segunda hipótese de trabalho, privilegia-se, não apenas as sequelas do malogro das lutas de 1968 para parte dos intelectuais antes aderentes à esquerda (das mais diversas extrações, desde o estruturalismo, o maoísmo e o stalinismo, até o trotskismo e o eurocomunismo), mas, igualmente, o que derivou da degeneração da experiência de transição do “socialismo realmente *inexistente*” – selada com a queda do muro de Berlim – e mesmo do transformismo a que levou a aposta na via social-democrata. Colocadas, panoramicamente, essas demarcações caracterizadoras, importa-nos apontar algumas implicações que a influência desse ideário possui – face à atual quadra econômica e política – para o Serviço Social brasileiro, matizado, como se sabe, por um projeto profissional crítico e sociocêntrico.

2 implicações da cultura pós-moderna no Serviço Social

Existem múltiplas conexões entre a difusão do que se convencionou chamar de “[...] pensamento pós-moderno e a realidade do Serviço Social brasileiro”⁵. Basta que pensemos os efeitos daquela difusão no âmbito da pesquisa científica e aplicada, já consolidada por esse último, ocasionando, por exemplo: o robustecer de “vieses empiricistas”, encerrados na “pseudo-concrenticidade” da vida social, de que fala Kosik (1976); ou endossando, por outro lado, a “deseconomização” da análise histórica, mencionada por Lukács (2010) no debate sobre a decadência ideológica. De outra parte, conseguiríamos rastrear esse saldo, em termos do encaminhamento técnico-operativo da prática profissional, avaliando os desdobramentos da influência pós-moderna para o privilégio na “mudança cultural”, a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado, a perseguição da imediaticidade e do formalismo instrumental (SANTOS, 2007). Nos dois casos, são facilmente encontráveis aqueles pontos de fricção, aquelas zonas de atrito, entre as tendências colocadas e o horizonte teórico-metodológico e técnico-operativo dados pelo Projeto Ético-Político.

Por ora, pretendemos nos concentrar em outras duas conexões que se podem divisar entre o avanço do pensamento pós-moderno e o processo de Serviço Social brasileiro. A atenção dada para essas duas conexões as quais iremos nos ater, em especial, se justifica pela sua importância para a articulação de saídas, para a construção de alternativas entre forças sociais em conflito, na exponenciação da crise, sobretudo depois de 2014. Quais são essas conexões?

Primeiro, parece ponto pacífico o fato de que a pós-modernidade se choca com a herança teórico-metodológica de origem marxiana (e engelsiana), e com o grosso da tradição marxista – em alguns casos, essa colisão emerge sutilmente disfarçada como apropriação seletiva, ou atualização desfiguradora. Como é conhecido, o campo cultural que a pós-modernidade denuncia ultrapassado, vinculado ao legado do iluminismo, foi assumido criticamente pela tradição marxista, vale dizer: a razão dialética, o humanismo, a historicidade,

5 Preliminarmente, vale destacar a seguinte chave analítica informada por Santos (2007): na medida em que a constituição da profissionalidade do Serviço Social brasileiro foi saturada de elementos antimodernos, dado seu vínculo com a tradição católica, as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade tendem a ecoar nele de modo mais fértil.

a emancipação e o universalismo. Seu alvo do dia é, pois, esse conjunto ideoteórico que passa a ser absorvido pelo curso das lutas das classes trabalhadoras e subalternas em confronto com a burguesia, que abandonava o projeto ilustrado concomitante a sua passagem à classe conservadora e dominante – passagem essa cuja baliza é 1848, como demonstra Lukács (2010). Ora, a colisão do ideário pós-moderno com as elaborações da tradição marxista se manifestou de diferentes formas. Num valioso ensaio de Paulo Netto (1996) intitulado “Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”, seu autor assim registra a reação promovida nos meios acadêmicos com a maré-montante da pós-modernidade:

[...] o racionalismo dialético é posto sumariamente no mesmo nível na razão miserável positivista, e ambos são inapelavelmente impugnados como ‘paradigmas’ anacrônicos; o humanismo marxista é acoimado de ‘eurocêntrico’; a perspectiva da totalidade (bem como a análise sistemática que é sua consequência) é equalizada à ‘vontade totalitária’; a preocupação com a dinâmica histórica é infirmada pela atenção às ‘continuidades profundadas’; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante. (PAULO NETTO, 1996, p. 114).

Ainda nesse texto, Paulo Netto (1996) sinalizava a emergência de críticas às correntes marxistas no campo profissional do Serviço Social, as quais faziam coro – é certo que tardiamente⁶ – com a pós-modernidade. Dizia que tais críticas despontavam, nessa particularidade, não como expressamente “antimarxista”, mas defraudando: (1) uma reprovação à “ortodoxia” (entendida, no caso, como sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social – e essa reprimenda traduzia-se na requisição por revisões dirigidas no sentido de “ampliar”, “abrir”, “flexibilizar” a perspectiva teórica, incorporando interlocutores de gosto crítico (como Habermas e Foucault) e as tendências mais prestigiadas nos círculos acadêmicos e na indústria cultural; (2) uma queixa contra as lacunas (e não aos equívocos) presentes nos trabalhos daqueles autores – nesse caso, os argumentado-

6 Isso se deve muito às particularidades sociopolíticas brasileiras, condicionadas pela crise da autocracia burguesa e pelo amplo processo de lutas operárias e populares na transição democrática. Em seu estudo, Coelho (2005) examina as razões pelas quais o debate pós-moderno apenas ganha fôlego no país na entrada dos anos 1990.

res, constatando que a produção teórica da profissão dos anos 1980 não trabalhara em torno de um vasto rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias, etc.), insinuavam uma espécie de inépcia imanente às correntes marxista para enfrentar essas tais problemáticas. Em suma, dentro e fora do Serviço Social a pós-modernidade se insurgia confrontando-se com a tradição marxista, renunciando-a, sendo dela avessa ou propondo superá-la.

E como isso rebate no Serviço Social brasileiro que se quer legatário do processo identificado por Paulo Netto (2004) como “intenção de ruptura”? Esse consiste num desdobramento prontamente identificável: é justamente sob a base da perspectiva crítico-dialética de matriz marxiana que se ergue o Projeto Ético-Político, de onde se estruturam os princípios ético-políticos vigentes, onde se assenta a direção social estratégica colocada para a prática profissional. De modo que todo desestímulo ao estudo e à pesquisa sistemáticos e aprofundados, sob essa base, toda renúncia às matrizes teórico-metodológicas a ela atrelada, tem como contrapartida um *empobrecimento da prática profissional*, um *retrocesso ético-político*, em relação às conquistas da categoria galgadas na virada iniciada em finais de 1970, desencadeadas pela recusa do conservadorismo.

Agora, o segundo eixo que precisamos atentar quanto às implicações da influência pós-moderna no Serviço Social. Dados os traços basilares dessa vertente, inventariados linhas atrás, fica palpável a afinidade que tende a cultivar com orientações, principalmente, “individualizantes e despolitizantes”. E isso, tanto devido ao encerramento no fragmento, nas relações microscópicas, nas singularidades, quanto à recusa da vigência dos sujeitos classistas e suas lutas, da efetividade dos antagonismos estruturais, da persistência das legalidades histórico-estruturais do sistema do capital. A “individualização e a despolitização” das relações sociais, se sabe, são componentes fulcrais do conservadorismo, em qualquer de seus segmentos (clássico ou moderno), fazendo par com a “desistoricização e a psicologização” (PAULO NETTO, 2005). A infiltração do pensamento pós-moderno nas instâncias interventivas, políticas e científicas do Serviço Social apenas tende a estorvar, assim, o movimento imbuído precisamente no rompimento com essas orientações nucleares da teoria e ação conservadoras, para o qual segmentos importantes da categoria têm dedicado sua luta corporativa e sociopolítica.

As críticas nutridas pelas teorizações pós-modernas às elabo-

rações marxistas no Serviço Social da década de 1990 foram classificadas por Santos (2007) como possuindo uma dupla origem: existiam aquelas de raiz conservadora, com sua tradicional recusa ao marxismo, que se atualizavam absorvendo, numa moldura sincrética, problemáticas caras à pós-modernidade; e compareciam aquelas, que mesmo associando-se ao processo de “intenção de ruptura” e reivindicando aspectos parciais do marxismo, recomendavam a superação de suas “lacunas” e o acréscimo de suas potencialidades explicativas através da adoção dos “paradigmas pós-modernos”. O fio condutor de ambas as críticas ao marxismo era de ordem epistemológica, com uma clara eliminação do seu núcleo ontológico. Face ao projeto profissional que então ganhava corpo, essas críticas – sobretudo as da segunda linhagem – colaboravam para o avanço de uma “tendência reformista” e o avigoramento de uma concepção do Serviço Social cada vez mais endógena, além do reforço do seu sincretismo teórico-ideológico, jogando água no moinho do “reformismo conservador” (SANTOS, 2007).

Em resumidas contas, temos aí as duas implicações da influência da pós-modernidade no Serviço Social: primeiro, o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao Projeto Ético-Político; segundo, a maior imantação dos posicionamentos *individualizantes* e *despolitizadores*. Agora avalie-mos como essas duas implicações se articulam no quadro da crise capitalista para reconfigurar a intervenção do Serviço Social. Numa conjuntura como essa, aquela influência *coopera para rearranjar as bases da legitimidade profissional em favor das classes e segmentos empregadores, em última instância robustecendo o campo da supremacia burguesa da fase restauracionista*. E isso ocorre pelas razões a seguir.

Porque o corolário da influência pós-moderna, como fica implícito, é a carência dos instrumentos teóricos e analíticos para a compreensão da natureza da crise capitalista. Isto é, todo o arsenal categorial e metodológico maturado pela tradição marxista – e consubstanciado seminalmente na teoria social de Marx – para desvendar a essência da crise – por exemplo, aumento da composição orgânica do capital, a queda tendencial da taxa de lucros, a superprodução, etc. Mandel (1990) deixa de ser apropriado na apreciação, tanto da estagnação econômica (e dos fenômenos sociais dela derivados), quanto das alternativas projetadas pelas forças políticas, da direção social do “profissional” qualificada teoricamente com o amplo debate, igualmente apurado pela tradição marxista, acerca do problema das “relações

de forças sociais”, da organização política, da construção das estratégias de hegemonia, caucionadas na perspectiva de “independência de classe” – perspectiva essa tão necessária quando os segmentos da burguesia (através do Estado) desenvolvem uma ação “classista” de reação à crise, impondo sacrifícios à massa de trabalhadores e subalternos. Em síntese, a influência pós-moderna apenas colabora para deixar os segmentos profissionais com inspiração democrática e anticapitalista órfãos desse patrimônio cultural maturado na “práxis política” dos trabalhadores(as) – patrimônio tão mais decisivo quanto mais as classes dominantes acirram a ofensiva socioeconômica e política, exigindo uma resposta política diligente, calcada da “independência de classe”. A oportunidade histórica que a crise alarga, de aprofundar a legitimidade do Serviço Social junto às lutas das classes subalternas, acaba por ficar comprometida se permanece aprisionada às premissas teórico-conceituais pós-modernas.

Mas existe outra razão pela qual o influxo dessa vertente contribui para estreitar os laços do Serviço Social com as classes possuidoras e dominantes. Se cotejarmos o ideário propugnado para a soldagem do bloco neoliberal, forjada e espraiada mundialmente desde os anos 1990 – diga-se, a tendência ideológica identificada por Castelo (2013) de “social-liberalismo”, ou qualificada por Neves (2005, 2010) de “nova pedagogia da hegemonia” (ou neoliberalismo da terceira via) –, identificaremos que ela recebe insumos teóricos abundantes provenientes dos debates espraiados pelo pensamento pós-moderno⁷. A título de esclarecimento, cabe ressaltar que as elaborações toldadas pelo espectro social-liberal são muito diversas; na catalogação proposta por Castelo (2013) são apontadas a teoria da *terceira via* (Anthony Giddens), da via 2 ½ (Alain Touraine), do Pós-Consenso de Washington (John Williamson e Dani Rodrik), da “nova questão social” (Pierre Rosanvallon), do desenvolvimento humano (Amartya Sen) e das informações assimétricas e falhas do mercado (Joseph Stiglitz). Em todo caso, é Neves (2010) que deslinda e ressalta como os intelectuais orgânicos do *projeto da terceira via* recorrem, nos seus alicerces conceituais, às teses amplamente propaladas pelo pensamento pós-moderno (aliando-os aos pressupostos do liberalismo): desde a leitura sobre o advento de um novo período histórico, distinto da

7 Por sua vez, Coelho (2005) demonstrou que a reviravolta dos projetos de parte da esquerda brasileira representada pelo Partido dos Trabalhadores – um caso histórico de transformismo – contou com a absorção das premissas pós-modernas pelas tendências majoritárias da organização.

modernidade; a crença na constituição de uma “sociedade pós-industrial”; a percepção sobre o esvaziamento da noção de classes sociais⁸; o decisivo papel concedido às instâncias científicas e informacionais nessa pretensa nova época; até a recusa da racionalidade, do universal e a rejeição da ideia de emancipação.

Ademais, está mais que constatada a infiltração do debate social-liberal no âmbito regulatório e normativo das políticas sociais brasileiras; penetração largamente impulsionada e financiada pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, BID, PNUD, Cepal). Um caso modelar é o da Política de Assistência Social, ancorada de modo explícito na “teoria do desenvolvimento humano” ou do “desenvolvimento como liberdade”, do Nobel de economia Amartya Sen - Mauriel (2008, 2012), Maranhão (2009) e Viana (2008). O receituário derivado dessa teoria consiste na definição do “desenvolvimento de capacidades” para o enfrentamento das refrações da “questão social”, direcionando as perspectivas de intervenção para o enfoque nas mudanças atitudinais e comportamentais, resvalando na “individualização e na psicologização” das relações sociais. Ambas inscritas nas estratégias dominantes de redução dos custos com a reprodução da força de trabalho subjacentes às propostas de ajuste fiscal do Estado.

3 Influência pós-moderna e luta hegemônica

Quando destrinchados os fundamentos históricos constitutivos das “forças sociais” – e expostos os conflitos ideológicos e sociopolíticos – que dinamizam os mais expressivos espaços de intervenção profissional do Serviço Social, além das agências de formação e produção do conhecimento nas quais o mesmo inscreve-se, chega-se ao seguinte resultante: os postulados pós-modernos têm, primordialmente, fornecido combustível, não para subsidiar – como requisita o Projeto Ético-Político – o protagonismo e auto-organização dos subalternos, mas para corroborar as estratégias de hegemonia restauradoras em face da crise, endossadas pelas superestruturas da reação burguesa que parametram as políticas sociais. Efetivando-se essas tendências – seja através da ação político-pedagógica intrínseca à sua prática, seja por meio da produção teórica – um reforço incontestado ocorre nas bases de legitimidade do Serviço Social junto aos segmen-

8 Nesse tocante, também Castelo (2013) sublinha como o social-liberalismo faz eco com as teorias pós-modernas do fim das ideologias.

tos de classe empregadores, imbuídos no controle e reprodução do trabalho e dos segmentos subalternos.

No ano em que se comemoram duas décadas de construção das diretrizes curriculares, proposta engajada na defesa de uma formação socialmente referenciada – voltada para a apropriação qualificada dos fundamentos da vida social, do arcabouço categorial da crítica da economia política, dos estudos clássicos e contemporâneos dedicados a desvendar a particularidade brasileira, e as relações concretas e determinadas entre o Estado e as classes nessa formação social – com o horizonte de construção de quadros profissionais e intelectuais comprometidos na luta contra todas as formas de exploração e dominação, a crítica ao pensamento pós-moderno permanece como tarefa histórica candente e atual. Ainda mais urgente num cenário de aprofundamento da crise capitalista e avanço de uma deletéria agenda restauradora, empenhada em socializar os custos do recuo das taxas de lucros, reduzir os dispêndios com as políticas sociais e consolidar instrumentos legal-institucionais severos de contenção do movimento operário e popular, conduzindo-os para uma posição defensiva extremada.

Parafraseando Florestan Fernandes (1995), uma prática profissional que se quer pioneira e transformadora, deve centrar-se na associação recíproca da atividade político-pedagógica crítica e do despertar do talento inconformista. E, ao menos desde que o movimento de “intenção de ruptura” alcançou maturidade intelectual, se enraizou nos meios acadêmicos, políticos e corporativos do Serviço Social, adquiriu solidez a convicção da impossibilidade de qualquer avanço nesse sentido sem a apropriação de uma das mais largas tradições teórico-políticas nascidas das lutas dos trabalhadores e subalternos: a tradição marxista e a teoria social marxiana. Algo que, como insistimos, fica obstaculizado quando a influência pós-moderna adquire efetividade.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir Sader; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **As origens da pós-modernidade.** Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo.** Rio de Janeiro: Elfos-Lisboa, 1995.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CALLINICOS, Alex. **Contra el pós-modernismo.** Bogotá: El Áncora Editores, 1998.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. (Org.). **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakati. São Paulo: Boitempo, 2005.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Niterói, 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia.** Campinas: Papyrus, 1991.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

FERNANDES, Florestan. Universidade e talento. **Revista Adusp,** São Paulo, n. 4, p. 8-11, out. 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HELLER, Agnes, FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Madri: Siglo XX, 1987.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón:** la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Barcelona: Grijalbo, 1968.

_____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **A teoria do romance:** um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 (Coleção Espírito Crítico).

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. **Marxismo e teoria da literatura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Tradução de Carlos E. S. Mattos, Regis de C. Andrade e Dinah de A. Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova

Cultura, 1985 (Os economistas).

_____. **A crise do capital.** Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARANHÃO, Cezar Henrique. **O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento:** a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Recife, 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano:** impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Campinas, 2008. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo. 2004.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social.** Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Maria Lúcia W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr., 1996.

_____. O Marx de Sousa Santos: uma nota polêmica. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 123-143, jun. 1997.

_____. **Modernidade e pós-modernidade**. Palestra proferida no Seminário do Núcleo de Estudos em Sociologia do Trabalho - NEST da UERJ, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos).

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção Questões da Nossa Época, 20).

_____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES, Mavi Pacheco. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro, 2006. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Maria L. Werneck. A nova política social no Brasil: uma prática a cima de qualquer suspeita teórica? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, p.120-144, jan./jun. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In: _____;
FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

